

# LITERATURA E HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ ATRAVÉS DE A FERRO E FOGO I - TEMPO DE SOLIDÃO

Elaine dos Santos\*  
Rose Rehbein Lipke\*\*

**Resumo:** Este trabalho estuda as relações entre Literatura e História como representações distintas de um mesmo acontecimento. Analisa-se a obra literária como a leitura social da História, em que o leitor pode construir novos significados para o real ausente e/ou presente da sociedade. Apresenta-se a Literatura como uma versão histórica de eventos e como a história dos sujeitos deste evento, para isso, destaca-se a História oficial da emigração/imigração alemã para o Rio Grande do Sul e a narrativa de “A ferro e fogo I” - “Tempo de Solidão”, de Josué Guimarães.

**Palavras-chave:** Literatura; História; imigração.

**Abstract:** This paper studies the relations between Literature and History as distinct representations of one same event. It is analyzed literary composition as the social reading of History, where the reader can construct new meanings for the absent or present Real of the society. It is presented Literature as a historical version of events and as the history of the subjects of this event. To this end, it is highlighted the official History of the German emigration/immigration to Rio Grande do Sul and the narrative of “A ferro e fogo I” - “Tempo de Solidão”, by Josué Guimarães.

**Keywords:** Literature, History, immigration.

---

\* Professora mestre em Estudos literários pela Universidade Federal de Santa Maria (2001). E-mail: e.kilian@gmail.com.

\*\* Professora licenciada em Letras pela Universidade Luterana do Brasil. Docente dos ensinios fundamental e médio no município de Novo Cabrais (RS).

## I Introdução

História e Literatura são versões dos fatos podendo, portanto, serem distintas. A História oficial pode ser apenas uma versão político-econômica de um determinado acontecimento de acordo com a ideologia e os interesses de uma época, enquanto a Literatura pode constituir-se numa “versão” da História que, além de re-apresentar os fatos ocorridos, expõe, através dos personagens individuais e ficcionais, o sujeito social do evento e a sua trajetória, neste caso, ficcional. Para demonstrar que a Literatura tem se prestado à releitura da História oficial, utiliza-se como mote a História oficial da emigração/imigração do povo alemão para o Rio Grande do Sul e, em contraponto ao relato histórico, faz-se a análise da obra literária *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão*, de Josué Guimarães, em que, através dos personagens, não se revive o evento, mas se pode conhecer, além do acontecimento, o seu sujeito: o emigrante/imigrante alemão e sua degradante trajetória em seu país, como excedente social e instrumento a serviço do sistema no país estrangeiro.

## II. Literatura e História: uma representação da passividade

A narrativa literária brasileira, no século XX, passou por profundas transformações. As duas décadas iniciais daquele século representaram um período de transição em que, de um lado, ainda havia a influência das tendências artísticas da segunda metade do século XIX; de outro, já começava a ser preparada a grande renovação modernista, que se iniciaria em 1922, com a Semana da Arte Moderna. A partir daí, a Literatura desvinculou-se, gradativamente, de um fazer literário universalizante e enveredou, paulatinamente, pelos caminhos da realidade brasileira, da história social, para, na década de 70, cravar suas raízes na História do país e mostrar um novo relato da passividade, trazendo a tona não só o evento histórico, mas a história do sujeito formador deste evento, cuja trajetória de vida, de um modo geral, se faz ausente na narrativa da História oficial.

Para Veyne, “a história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance (...)”<sup>1</sup>. Sob tal perspectiva, reconhecer a História na Literatura e ler a História como Literatura é uma possibilidade que os estudos acadêmicos atuais nos oferecem, segundo aponta Burke:

(...) os historiadores contemporâneos demonstram mais respeito pela imaginação do que nos tempos, não muito distantes, em que afirmavam simplesmente descobrir ‘os fatos’. Um grupo de historiadores se dedica ao estudo da história do que eles chamam ‘representações’ (...). Até mesmo alguns historiadores econômicos (...) descobriram a utilidade do que eles chamam de ‘contra-factuais’, em outras palavras, os poderiam-ter-sido da história (...).<sup>2</sup>

Desta forma, a incerteza da veracidade do fato histórico associada à concepção que a História é uma narrativa, entre tantas outras “colocam a História oficial e a Literatura como leituras possíveis de uma recriação imaginária do real”<sup>3</sup>. Esta mudança teórica apresenta “como pressuposto básico a distinção entre passividade e narrativa histórica, aparecendo a primeira como o real acontecido e a segunda como o discurso ou o texto elaborado pelo historiador sobre aquela passividade”<sup>4</sup>.

A atual posição teórica situa História oficial e Literatura num mesmo patamar de credibilidade, pois ambas são a recriação da passividade de um evento. Conforme Chaves<sup>5</sup>, existiria “um momento privilegiado em que as paralelas se cruzam e a ficção imaginária ilumina a realidade insatisfatória que lhe deu origem”.

Logo, História e Literatura são versões do evento histórico em que a narração histórica é, via de regra, constituída pelo conhecimento dos fatos através da pesquisa e da leitura de documentos,

em que o historiador expõe sua versão ou a versão político-econômica da ideologia dominante, alheia ao sujeito ator do acontecimento. A narração histórica é a diégesis de um evento, ou seja, é a narração deste evento através do tempo sob a ideologia do sistema dominante à época do acontecido e da narração. De outro modo, a narração literária pode contar o fato histórico social e mostrar o sujeito que nele atuou, através de personagens quer ficcionais, quer resgatados da História oficial e ficcionalizados, e apresenta a passeidade de maneira verossímil, explicitando o evento histórico, político, econômico e a degradante história de vida do sujeito, que dele participou. A narrativa literária é a mimese de um evento, isto é, a narração indireta que apresenta o fato de maneira verossímil, em conformidade com os pressupostos aristotélicos que orientam os estudos literários desde a Antiguidade clássica<sup>6</sup>.

Os teóricos, ao definirem a História como uma narrativa igual a qualquer outra, apontam a História oficial e a Literatura em igualdade, pois elas “constroem uma versão plausível e criam um passado”<sup>7</sup>. Sendo assim, através de métodos diferentes, têm a mesma finalidade: reconstruir a passeidade.

Mesmo fazendo uso de técnicas distintas, História oficial e Literatura executam tarefas que são de natureza fictícia, pois elaboram discursos que recriam o passado, sem, de fato, recriá-lo como ele foi. Portanto, História oficial e Literatura, apesar da metodologia diferenciada, constituem narrativas que representam o real ausente.

Na História oficial, a narrativa tem como base “um fato preexistente”, a partir do qual o historiador constrói a sua versão, ou seja, os “conteúdos dos fatos que lhes dão coerência e significância são inventados ou descobertos pelo historiador”, de acordo com Leenhardt<sup>8</sup>. Entende-se daí que o fato é pode ser comprovado pela consulta em arquivos, mas a narrativa tende a seguir a ideologia do historiador, da época e da sociedade oficialmente constituída e dominante. Em Literatura, por outro lado, a pesquisa documental é dispensável, mas exige que o escritor tenha conhecimento/leitura do fato que lhe possibilite a contextualização da narrativa.

Constituindo-se narrativas históricas e literárias de tarefas ficcionais, que representam fatos da passeidade, elas pressupõem “uma ordenação do real e a busca de coerência (...) entre os dados”, conforme Leenhardt<sup>9</sup>. A coerência fictícia de uma narrativa é construída pelo autor, contudo, não basta um texto composto coerentemente pelo historiador ou pelo escritor, é necessário, sobretudo, que o leitor encontre nele significação e, para tanto, é aconselhável que o leitor tenha conhecimento empírico ou científico do fato para confrontar a narrativa com a sua experiência de leitura e atribuir-lhe sentido.

Na atualidade, a História já não veste mais o manto de detentora da verdade, embora ainda se mantenha fiel à legitimidade da fonte, ou seja, baseia-se em documentos. Esta base científica, que empresta fidedignidade à narrativa histórica, torna-a parcial e incompleta, pois o historiador apresenta os acontecimentos a partir de indícios coletados em documentos. De um modo geral, os documentos acessíveis ao historiador representam a versão oficial do fato construída pela ótica do vencedor, que se configura como o dominador, sem dar-se voz ao sujeito do evento.

Assim entendido, o discurso histórico representa uma expressão da passeidade, pois traz em si uma realidade alicerçada em documentos, que, teoricamente, comprovam a veracidade do fato, mas o mostram sem a presença da trajetória de vida do sujeito deste fato. Essa omissão do sujeito torna a narrativa histórica unilateral, expressão de uma veracidade estabelecida a partir das camadas privilegiadas da sociedade. O discurso histórico é a voz elitista da passeidade, que seleciona e resgata os elementos de acordo com os valores dos poderes sociais dominantes.

Na narrativa histórica, o sujeito formador do evento é excluído do processo narrativo como ator social da passeidade. Ele é ignorado como “substrato de uma identidade nova”, conforme assevera Pesavento<sup>10</sup>, mas é retratado como elemento “pertencente a comunidade simbólica que integra o nós”<sup>11</sup>. Logo, a narrativa histórica é o relato dos fatos de acordo com os valores da elite dominante. Esses valores apresentam a passeidade como fatos políticos, econômicos em que o sujeito do fato é diluído no fato, ou seja, a voz elitista da História desobriga a História do desvelamento da passeidade

excludente, o que, em outras palavras, permite afirmar que o sujeito formador do evento histórico e sua história de vida são diluídos numa História global de fatos e não numa História social de sujeitos.

A Literatura, por sua vez, constrói, na análise de Pesavento<sup>12</sup>, “pouco a pouco um ensaio de representação” da passeidade numa perspectiva social. A autora, contudo, analisa que, a princípio, a Literatura também é excludente, pois serve aos interesses da sociedade branca, ruralista e escravocrata, formadora da “comunidade política perante o Estado”<sup>13</sup> e retrata a população, ator social da passeidade, de forma paternalista e ilustrada.

No Brasil, para discutir-se a representação da passeidade que se dá pela História e pela Literatura é preciso recuar aos tempos do Império, momento em que o Romantismo firma suas proposições como é o caso da construção de uma identidade nacional. Neste aspecto, à Literatura caberia

difundir os elementos que passariam, então, a ser considerados patrimônio comum a todo um grupo (...), coube-lhe realizar um trabalho que nem a História nem a Geografia eram capazes de fazer: tornar ‘fatos’ ou ‘dados’ reais para todos aqueles que deveriam compartilhar esse patrimônio.<sup>14</sup>

Deste modo, a natureza, o elemento nativo e um suposto passado comum tornam-se expressão de uma identidade nacional. Esse fazer literário, em consonância com Pesavento<sup>15</sup>, “é uma recriação imaginária distante das condições concretas da existência e a leitura do real feita pelo texto literário era dotada de uma carga de positividade para a elite branca e escravista e se apresenta como plausível e conveniente”.

No século XIX, a Literatura corroborou a representação elitista do real feita pela História que, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1844, pela dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Carl F. Philip von Martius, atribuía ao historiador a missão de construir uma nacionalidade que afirmasse a independência política. Nesse sentido, Rouanet aponta que “à História, cabia-lhe traçar a biografia do próprio país”<sup>16</sup>.

Em outras palavras, Pesavento considera que Literatura e História “constroem uma identidade para o país onde a legitimação da supremacia luso-brasileira é dada ora pela idealização romântica da dominação, ora pela sua natural superioridade, perspectiva que se desdobra na também natural submissão”<sup>17</sup>.

A abordagem elitista e excludente da passeidade pela Literatura estendeu-se até a virada do século XIX para o XX, quando o Realismo começou a desvendar a incômoda realidade nacional e apresentar, de acordo com Pesavento, no “mercado de trabalho em formação os egressos da senzala, os caboclos brasileiros e os imigrantes europeus, numa hierarquia de aceitação que associa o elemento branco estrangeiro como o motor da regeneração social”<sup>18</sup>.

O movimento modernista, que se iniciou em 1922, apresentou uma nova proposta para a representação nacional, de pendor dessacralizante, ou seja, olhar o presente e reescrever o passado, conforme pondera Bernd a literatura iniciava “um perseverante questionamento de si mesma”<sup>19</sup>. A partir do movimento modernista, passou-se a escrever uma nova narrativa literária “resgatada no localismo e não mais dissociada da sociedade [...] em busca de um outro país, que se oculta por trás das aparências”<sup>20</sup>. Dessa forma, o Modernismo pode ser considerado o propulsor de uma Literatura desvinculada dos modelos internacionais e comprometida com um fazer literário social, em que, conforme Pesavento, “a realidade nacional é assumida na sua condição de complexidade e conflito, de forma mais perceptiva do que aquela apresentada pela narrativa histórica”<sup>21</sup>.

Essa perceptividade presente na Literatura permite entrecruzar a leitura da História e da Literatura, “pois ficção e historiografia são dois procedimentos, dois caminhos diferentes (...), duas estratégias discursivas que podem concorrer na mesma função social”<sup>22</sup>.

Diante destas premissas, Literatura e História são uma representação verossímil do real, elas são reconstrutoras da passeidade e expõem “duas verdades distintas: aquela dos atores cuja história é contada e aquela dos historiadores cujos pressupostos são explícitos”, no dizer de Leenhardt<sup>23</sup>.

Enquanto representações verossímeis da passeidade, História e Literatura estabelecem “uma relação simbólica entre o texto de história ou de ficção e aqueles a quem ele é destinado”<sup>24</sup>. Assim compreendidas, infere-se que é de competência do leitor estabelecer, através da sua leitura, o elo entre a escrita e a sociedade que a produziu e a leitura como compreensão da sociedade que recebeu a obra, isto é, o leitor deve perceber que o discurso é resultante da ideologia da sociedade e, que este mesmo discurso, é responsável pela formação, pela transformação e pela evolução da sociedade. Pode-se, portanto, afirmar que as inferências construídas pelo leitor transformam História e Literatura “em partes ativas no movimento global da evolução social”<sup>25</sup>.

As convenções da verdade e da ficcionalidade representam o diferencial das narrativas histórica e literária. Enquanto o historiador deve ater-se a relatar o que aconteceu, ao romancista é permitido enunciar o que poderia ter acontecido. Pode-se, sob este prisma, concluir que o diferencial da narrativa histórica e literária é que, na histórica, o historiador, por ser real, credita autenticidade ao texto. Já, na narrativa literária, é o narrador que faz o relato e apresenta os fatos a partir do seu ponto de vista e, mesmo passando pelo teste da autenticidade, a narrativa é tida como romance, pois é narrada por um ser ficcional. Como o narrador tem uma existência ficcional “está despido da autoridade que em geral conferimos ao historiador”<sup>26</sup>.

Mesmo o historiador impondo a convenção da veracidade ao texto histórico e o narrador impingindo o caráter de ficcionalidade ao texto literário, sabe-se que os limites fronteiriços entre História e Literatura são difusos, e, por isso, permitem leituras cruzadas de um mesmo evento:

Se a correlação entre Literatura e História é importante no nível da Literatura em geral se reveste de uma importância ainda maior no que tange ao Brasil e aos demais países da América que tiveram um passado colonial e onde a História foi escrita pelos conquistadores em um primeiro momento e posteriormente pelos colonizadores.<sup>27</sup>

Sob a ótica da construção narrativa latina, cuja História foi pautada pela idealização, é possível concluir que o relato da História oficial é a voz do dominador, a versão da elite, que apresenta os fatos atendendo à prescrição, ao ditame e ao preconceito do dominador. O dominado, sujeito ator do evento, e sua trajetória de vida são relegados ao esquecimento.

A Literatura, por sua vez, permite-se o resgate da versão não oficial e a atribuição de voz às camadas populares, que participaram do evento sem, contudo, emitir seu posicionamento, sua compreensão sobre ele. Em consonância com esta análise, a Literatura não narra uma história, mas várias histórias, pois, segundo Bernd, “resgata e traz à tona a fala esquecida” do vencido. A autora ainda argumenta que a narrativa literária recompõe a <sup>28</sup>memória histórica e, mesmo sendo a representação do real,

está intimamente ligada a um trabalho de recomposição identitária, pois que a afirmação identitária passa necessariamente pelo resgate da memória, a qual funcionará como substrato, como fundamento a partir do qual poderá construir-se a identidade de uma comunidade<sup>29</sup>

A narrativa literária é a reconstrução da memória cultural, é, pois, a voz do dominado “rememorando percursos que se teceram no avesso da História”<sup>30</sup>. A Literatura tornou-se, no Brasil, após o advento do movimento modernista, uma releitura da História, “um contramovimento desestabilizador que possibilita o resgate de uma História que não pôde ser escrita, que ficou silenciada por controles acionados pelo contexto cultural e social”, conforme concebe Bernd<sup>31</sup>.

Diante dessas considerações, o texto literário é o desmitificador da conjuntura social estabelecida, pois traz em seu bojo uma pluralidade de discursos que desvelam a sociedade e tudo que ela esconde.

A Literatura é, nessa perspectiva, a história escrita na contramão da História oficial, pois desvela o obscuro da História e desmitifica o evento histórico, revelando não só o acontecimento, mas o sujeito em sua posição de substrato social dominado e esquecido, o ator do evento e sua

condição de vida. A Literatura é, deste modo, o resgate da passividade que dá voz, e vez, ao dominado, é a versão não elitizada da História.

Sendo Literatura e História narrativas que representam o real ausente, busca-se, neste trabalho, tendo como mote a História oficial e a narrativa *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão*, apontar as duas narrativas como versões distintas do evento da imigração alemã para o Rio Grande do Sul.

### III. A História oficial

A partir do século XVII, o Estado alemão passou a ser conduzido pela Prússia. Frederico Guilherme organizou a administração, a indústria, a agricultura, transformando Berlim numa grande cidade; seus sucessores proclamaram-se reis da Prússia e consolidaram o seu poderio. As anexações territoriais, dos antigos principados do Santo Império, ocorreram entre 1740 e 1786, Frederico II tornou-se aliado dos “junkers” (nobres, ricos), aos quais confiou a chefia do Exército e a administração local. Formou-se, assim, um grande reino capitalista, mas o país foi devastado pelo poderio franco-russo na Guerra dos Sete Anos, de 1756 a 1763.

Nas guerras contra o Império Napoleônico, firmou-se o sentimento nacionalista do povo alemão. Em 1806, Napoleão dominou o Santo Império, dando origem à Confederação do Reno e, na Prússia, nasceu o movimento nacionalista romântico: racista e agressivo. Em 1815, criou-se a Confederação Germânica, de inspiração austríaca, englobando 34 Estados soberanos.

Até o início do século XIX, a Alemanha manteve-se essencialmente rural. Processou-se, naquele século, uma revolução agrícola e demográfica: “O fato principal dessa revolução agrícola foi a abolição da estrutura feudal”<sup>32</sup>, ou seja, realizou-se uma reforma agrária que liberou o camponês médio e garantiu-lhe uma propriedade capaz de manter o sustento da família. O pequeno camponês, pelo contrário, viu-se

reduzido a uma pequena exploração, que não representa mais que um recurso econômico; para viver, terá de se empregar como trabalhador agrícola ao serviço do senhor, ou arrendar terras suplementares.<sup>33</sup>

A reforma agrária dificultou a vida do pequeno camponês de tal forma que ele obrigou-se a migrar para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida. Entretanto, como a Alemanha, até 1860, mantinha, em conformidade com Lando e Barros, “essencialmente o regime do artesanato do mestiço, disperso pela província”<sup>34</sup>, produziu-se um excedente populacional do substrato social, para o qual a emigração tornou-se a única alternativa.

Por outro lado, em 1834, aconteceu a “Zollverein”, união aduaneira entre as unidades independentes, política de livre comércio entre os Estados que favoreceu a industrialização, absorveu grande parte da mão-de-obra, mas causou a falência dos artesãos e da indústria doméstica, os quais se juntaram “às fileiras dos que deixam o país buscando no Novo Mundo melhores condições de vida”<sup>35</sup>. Assim sendo, a reforma agrária e a industrialização, associadas ao crescimento demográfico, promoveram a diáspora do povo alemão em busca da sobrevivência que, de outra forma, poderia ser entendida como a exclusão de um substrato social em busca do equilíbrio de um capitalismo nacionalista.

Enquanto o povo alemão saía do seu país em busca da sobrevivência, no Brasil, desejava-se povoar e colonizar as províncias. A transferência do governo e da corte portuguesa, em 1808, provocou mudanças políticas e econômicas como a “abertura dos portos às nações amigas, instalação de indústrias no país e liberdade de comércio”<sup>36</sup>. Essas medidas propiciaram o afluxo de europeus, que logo chegaram e, conforme Karan, ocuparam as “cidades litorâneas e proporcionam ao Brasil grande impulso comercial e industrial”<sup>37</sup>.

No intuito de povoar a colônia, fixando os domínios portugueses, D. João VI recorreu à imigração, fundando colônias no Espírito Santo, na Bahia e no Rio de Janeiro. Essas colônias receberam

imigrantes alemães e suíços que não prosperaram, pois a maioria dos estrangeiros não possuía experiência na produção agrícola. Em 1820, a promulgação de uma lei concedendo terras a imigrantes católicos objetivava atrair colonos alemães. Essa tentativa favoreceu o ingresso de gente despreparada para a colonização e os núcleos colonizadores novamente fracassaram.

Em 1821, D. Pedro assumiu o governo do Brasil, então Colônia, e, em 1822, proclamou a Independência, sendo aclamado Imperador do Brasil em 1823. Assim que assumiu o poder, como Regente, D. Pedro extinguiu o regime de sesmarias e as áreas de terra doadas, a partir de então, tornaram-se menores. Além disso, ele também “destina algumas áreas à colonização (...) mantendo a política de povoamento com brancos europeus (...) apesar de não existir legislação imperial que dispusesse acerca da matéria”<sup>38</sup>. Estabeleceu-se, no País, uma política de branqueamento da população, pois, ao anunciar a vinda de alemães para o Brasil, o Imperador explicou a significativa vantagem do emprego da mão de obra branca.

A colonização com imigrantes alemães, desde então, objetivava a povoação do Rio Grande do Sul e a Coroa Imperial destinou-lhes

a Real Feitoria do Linho e Cânhamo, em que se usava o trabalho servil (negro). Segundo o relatório do Presidente da Província, o Desembargador Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, em março de 1824 foi ele incumbido de encerrar as atividades daquele estabelecimento para instalar no lugar colonos alemães.<sup>39</sup>

Enquanto no Rio Grande do Sul, retirou-se o negro e preparou-se a instalação dos alemães, na Alemanha, a propaganda empreendida pelo governo brasileiro empenhava-se em atrair novos colonos. O recrutamento, em 1824, na Alemanha, era organizado pelo “Major Jorge Antônio von Schaeffer, agente direto do Governo Brasileiro, da confiança do Imperador e da Imperatriz”<sup>40</sup>. O objetivo real da colonização, ao que tudo indica, era recrutar “soldados para formar os batalhões estrangeiros contratados desde 1823 pelo I Império”<sup>41</sup>. Para atrair mais facilmente os alemães, Schaeffer oferecia-lhes condições muito favoráveis:

viajariam a expensas do Governo Brasileiro, seriam logo naturalizados, liberdade de culto, receberiam 77 hectares de terra por família, cavalos, vacas, bois, diárias de 160 réis, isenção de impostos e prestação de serviços por dez anos. A única condição que se lhes impunha era a inalienabilidade de suas terras por dez anos.<sup>42</sup>

Muitas vantagens e promessas feitas eram, evidentemente, inviáveis, pois a “própria Constituição do Império opunha-se (...) e as promessas o Governo nem sempre pôde manter”<sup>43</sup>. Iniciou-se, desta forma, em 1824, com

a ação colonizadora do Governo Imperial (...) a imigração para o Rio Grande do Sul, onde se efetuou a maior colonização oficial do país (...) com a colonização, visava o Governo garantir a posse e exploração de regiões menos povoadas, conturbadas por questões de limites.<sup>44</sup>

Muito cedo, os imigrantes descobriram que tudo que lhes fora oferecido não passava de promessas, pois “só aos primeiros habitantes foram concedidas terras sem atraso (...), os que chegaram em dezembro de 1824 encontraram dificuldades em instalar-se e os que vieram depois esperaram meses”<sup>45</sup>.

Além do atraso na concessão de terras e do não cumprimento das promessas, os colonos “começaram por trabalhar às tontas, pois que tudo ignoravam a respeito do solo, das plantas e do ritmo das estações”<sup>46</sup>. Miseráveis, sem terras, sem conhecer a língua, o clima, o solo, a vegetação, os imigrantes ainda enfrentavam, segundo Roche, o “refluxo dos exércitos inimigos que varrem o Rio Grande do Sul”, sendo arrastados para a Segunda Guerra Cisplatina e, mais tarde, para a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai<sup>47</sup>.

Em 1830, “a Lei de Orçamento suprime todos os créditos para a colonização estrangeira”<sup>48</sup> e os colonos não receberam o que lhes fora prometido, visto que a lei aprovada apresentava vigência retroativa. Esta lei fez o imigrante perder a confiança no Estado brasileiro e a sua sobrevivência, em terras estranhas, numa cultura estranha, deveu-se à “solidariedade étnica”<sup>49</sup>.

A partir de 1830, suspendeu-se a colonização subvencionada pelo Governo e o fluxo imigratório caiu consideravelmente. Passou-se a adotar, então, o sistema de contrato com empresas privadas, que se encarregavam da propaganda e do recrutamento na Alemanha. Esses contratos pagavam como “recompensa de 30 ou 15 mil réis por colono, conforme este tivesse mais ou menos de 12 anos”<sup>50</sup>. Sucessivamente, várias empresas firmaram contrato com o Governo Provincial e elas, além de receber a recompensa por cada indivíduo que imigrasse para o Rio Grande do Sul, receberiam vultosos empréstimos reembolsáveis a longo prazo.

A emigração/imigração da Alemanha para o Rio Grande do Sul estender-se-ia por todo o século XIX até a primeira metade do século XX. A emigração foi, para a Alemanha, o estabelecimento do equilíbrio social de um Estado nacionalista, e, para o Brasil, a aquisição de colonos que substituíram, paulatinamente, o trabalho negro, ocupando a terra e nela produzindo.

A emigração/imigração foi, sob este prisma, um negócio que atendeu o interesse político e econômico de dois países: Alemanha e Brasil. O emigrante/imigrante alemão era o excedente social excluído de sua pátria pelo capitalismo nacionalista e, no Rio Grande do Sul, tornou-se o braço que o governo imperial precisava para defender seus interesses políticos, econômicos e, neste sentido, incluindo-se a defesa da própria fronteira territorial.

Conhecer o evento imigratório do povo alemão para o Brasil, em particular para o Rio Grande do Sul, através da História oficial é conhecer uma versão do evento. Esse mesmo acontecimento, entretanto, é apresentado, sob outra ótica, através da narrativa literária *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão*, de Josué Guimarães, prosador sul-rio-grandense, que, em muitas de suas produções literárias dedica-se a revisitar a História oficial.

O fazer literário de Josué Guimarães, segundo Martins,

confere aos seus livros, a sua obra em geral, um caráter ético, estético e político. Seja pela forma de denúncia social, seja pela repressão injusta, pelo sofrimento do imigrante ou pela ironia que subjaz no seu texto, há por parte do autor uma complementação da palavra do outro, pois nossas palavras não são apenas; elas nascem, vivem e morrem na fronteira do nosso mundo e do mundo alheio; elas são respostas explícitas ou implícitas às palavras do outro, elas só se iluminam no poderoso pano de fundo das mil vozes que nos rodeiam.<sup>51</sup>

Josué Guimarães morreu em 1986, mas a sua visão da passeidade permanece viva em suas obras. Sua história por trás da História continuará, por muitas gerações, apontando origens, explicando o passado e os valores da sociedade em que se vive.

#### IV. A ferro e fogo I – Tempo de Solidão

A literatura produzida no Rio Grande do Sul tem sido pródiga na abordagem da temática histórica, preferência que, durante muito tempo, recaiu sobre a Guerra dos Farrapos, evento que mobilizou estancieiros gaúchos contra o Império. Zilberman, no entanto, explica:

A temática sugerida pelo processo de colonização do Estado, veio cuja exploração se inicia na década de 30 [do século XX] e intensifica-se mais tarde, substitui o foco orientado para o conflito liderado por Bento Gonçalves. O fato é explicável: o Rio Grande do Sul foi das poucas áreas brasileiras ocupadas por grupos de imigrantes, como açorianos, alemães, italianos, judeus. Ao contrário de outras regiões, cuja formação racial se deveu à confluência de portugueses, negros e índios durante o período colonial (...).<sup>52</sup>



A pesquisadora cita, entre outras obras, *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, como “a primeira experiência com assunto ligado aos grupos de colonizadores europeus<sup>53</sup>, acrescentando ainda a presença do imigrante germânico em *O tempo e o vento*, de Erico Veríssimo, e a diversidade de costumes que ele, o imigrante, introduziria, no meio sulino.

Referindo-se à produção romanesca de Josué Guimarães, Zilberman registra:

Josué Guimarães narra a saga dos colonos alemães no Rio Grande do Sul nos volumes de *A ferro e fogo: Tempo de solidão* (1972) e *Tempo de guerra* (1974). A trilogia, (...) inacabada, situa a ação no século XIX, concentrando-se nos episódios da chegada e instalação das famílias oriundas da Europa. E procura inverter a imagem com que o imigrante alemão aparece na ficção sulina: mostra-o agricultor e homem da terra, procurando adaptar-se ao novo mundo, aceitando seus valores, adotando suas lutas (...) e recebendo muitas vezes a rejeição do meio.<sup>54</sup>

Para Barbieri, em *A Ferro e fogo I – Tempo de Solidão* (1972), Josué Guimarães “assumindo postura crítica diante da História institucionalizada e da ficção investiga a saga dos colonos alemães, no Rio Grande do Sul”<sup>55</sup>. Nesta narrativa, através de personagens ficcionais ou personagens resgatados da História oficial, desmitifica-se a realidade histórica da imigração alemã no Rio Grande do Sul, uma vez que o heroísmo do emigrante/imigrante pregado pela História oficial e, segundo Barbieri, pelos interesses “pessoais de riqueza e domínio” são colocados por terra e é apresentada a história de vida do emigrante/imigrante que se faz pelo viés literário, portanto, ficcional, mas que permite ao pesquisador inquirir as verdades históricas e, ao contrapô-las ao fazer literário, revisitá-las, reconhecer a História de sua gente, de sua terra<sup>56</sup>.

“Ao tecer vagarosamente os fios de uma narrativa que nasce da realidade histórica, Josué se coloca contra essa realidade”, conforme Barbieri<sup>57</sup>, e nos apresenta, através da vivência e da ação dos personagens, não o evento político econômico da História oficial, mas o resgate de memórias omitidas pela História e pelo germanismo enraizado nas comunidades oriundas de ascendentes alemães. No transcorrer da narrativa de *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão*, o narrador, através da ação dos personagens, desvela o passado, desmitificando o evento da imigração e colonização alemã, assim como o sujeito desse evento: o imigrante alemão:

O dono da bodega esperou que cada um caísse para o lado que aciasse melhor e destacou dois negros para a missão de fazer com que tivessem o destino das noitadas anteriores. Ele sabia: Grundling, no outro dia, pagava sempre a bebidas, as garrafas e os copos quebrados.

Na brumosa manhã do dia seguinte, domingo, o seleiro Schneider e os outros trataram de voltar aos casebres da extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, onde há mais de três meses aguardavam que o governo cumprisse como o que lhes fora prometido na Alemanha

<sup>58</sup>.

Em *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão*, mostra-se “que a história institucionalizada pode ser lida pelo avesso”<sup>59</sup>, ou seja, a História oficial pode ser lida através de uma outra história: a Literatura, que dá voz e vez ao discurso do excluído e completa – ou, no mínimo, borra - as lacunas da História oficial.

Com os personagens de *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão*, o narrador revela sentimentos, convicções, hábitos, interesses do universo individual para caracterizar o coletivo, isto é, cada personagem representa uma parcela do coletivo social. Assim posto, Guimarães, para Barbieri, “ao narrar o fenômeno imigração, põe por terra a glória e o heroísmo da historiografia gaúcha que trata da imigração alemã”<sup>60</sup>. A narrativa dá lugar às “vozes diversificadas socialmente” e demonstra que a trajetória do emigrante/imigrante não é uma história gloriosa, mas uma história trágica da luta de um sujeito pela sobrevivência, cuja única alternativa é buscá-la, no desconhecido, na terra estranha.

A narrativa evidencia, através da fala do personagem Carlos Gründling, o nacionalismo alemão e uma mal disfarçada idéia de superioridade do seu povo: “veio da nobre e generosa Hamburgo”<sup>61</sup>. O racismo e a supremacia racial enraizada na elite dominante da raça alemã são evidentes no comportamento e na fala de Gründling: “- Digo a vocês agora que Deus inventou o negro para derrubar a mata, cavar a terra e carregar água. Não há sol que consiga queimar a sua pele (...). Para domar cavalo xucro, campear, marcar boi e servir mate (...) para isso o diabo inventou o índio”<sup>62</sup>. Porém, ao mesmo tempo em que eleva a raça e o povo alemão a uma categoria superior, Gründling não hesita em suprimir, trair e explorar seu povo em benefício próprio. Para ele, só o dinheiro importa: “com dinheiro se compra mulher, escrava, branca, mestiça, terra, carroças, se compra gado ou negro, delegado de polícia e até presidente (...) ouro é o que vale”<sup>63</sup>. Ao longo da narrativa, o racismo e a pretensa supremacia da raça alemã transparecem na arrogância de Gründling, que, às custas da exploração, enriquece:

Com o passar do tempo Gründling começou a entrar no comércio graúdo de planhões de grapiapunha, remos para lanchões, rodas ferradas para carretas, madeiras-de-lei, lombilhos lavrados (...). Aos poucos foi aumentando o primeiro galpão, as meia-águas descendo até quase o chão. Carretas e carroções descarregando as compras feitas nas colônias; outros partindo abarrotados para Porto Alegre onde, seis meses depois, abria novo armazém no Caminho Novo, enchendo os depósitos com tudo o que vinha da encosta da serra, desde a Linha erval até Linha Hortênsio, descendo por Estância Velha e São Leopoldo.<sup>64</sup>

Por sua vez, Daniel Abrahão Lauer Schneider, na narrativa, permite perceber o substrato social excedente da população alemã que, expulso dos campos pela reforma agrária e não absorvido pela indústria da Alemanha, no início do século XIX, engrossa os aglomerados urbanos de miseráveis, cuja alternativa é emigrar em busca da sobrevivência no Novo Mundo. Ele é o personagem que representa o coletivo de uma população expulsa de sua terra para atender aos interesses do capitalismo e estabelecer o equilíbrio social da Alemanha: “aquela gentinha que caeci pelos arredores de Hamburgo (...) muitos deles morriam de fome”, afirma Gründling<sup>65</sup>. Schneider é o atraído, por promessas, para uma terra de sonhos: “Bem vindo à terra da fartura. Semente cuspidada, no outro dia o broto furando o chão, o arbusto verde e gordo, a árvore”<sup>66</sup>. Daniel Abrahão é o elemento usado pelo Governo Imperial do Brasil para encobrir um dos motivos possíveis da imigração no Rio Grande do Sul: importar mercenários para garantir a defesa dos limites da província. Schneider é o trabalhador livre que foi introduzido no Rio Grande do Sul para garantir a posse e a exploração de regiões menos povoadas, e cuja função é produzir gêneros alimentícios. Schneider é o personagem que representa o indivíduo dominado pelo sistema, é o ser humano na condição de excedente social explorado e enganado pelo dominador. É o sujeito sem importância, largado a própria sorte,

Atravessar todo o oceano nos porões de um navio-gaiola, feito bicho ou negro escravo, para enfiar nas bebedeiras em vez de amanhar a terra, plantar, colher, encher a burra – isso não era próprio de um Lauer Schneider (...). À noite sonhava com o cheiro de pão fresco da Europa, com o perfume das cucas açucaradas, com a fritura das grossas salsichas e do chucrute conservado na vinha d’alhos.<sup>67</sup>

Daniel Abrahão é o sujeito submisso e trabalhador, que aceita a sua trágica condição de excedente social, que vive à sombra dos outros, que não toma decisões, que só acata ordens: “Olhem só para as mãos deste negro cativo (...) que atende pelo nome de Daniel Abrahão Lauer Schneider (...) e vejam o que ele veio fazer aqui nesta terra (...) derrubar árvores como lenhador, cavar a terra como as toupeiras”<sup>68</sup>.

Escondido das tropas brasileiras e castelhanas durante os combates pela independência da Província Cisplatina, Daniel Abrahão desce à condição plena da miserabilidade, como um animal, passa a viver em um poço:

Minutos depois Catarina fazia descer no balde uma cuia já preparada e uma pequena chaleira de água quente. Ele jamais esqueceria o sabor daquele primeiro mate tomado nas trevas. Sua vida ganhava, agora, uma nova rotina. Fazia as necessidades numa lata, para não emporcalhar ainda mais a água, que Catarina trocava todos os dias. Conseguia dormir no seco, sentindo o corpo murcho e os membros lassos.<sup>69</sup>

E de lá, nas trevas, presente o estupro da esposa, aprende a reconhecer as passadas das tropas amigas e inimigas, ausenta-se da vida familiar até que a racionalidade, a esperança e a espera pelas terras prometidas o abandonam, substituídas pela fé em Deus e pelo trabalho que o dignifica.

A esposa de Daniel Abrahão, Catarina Klumpp Schneider é a representante do emigrante/imigrante que luta, não só pela sobrevivência e pela vida, mas, sobretudo, pela mudança de sua condição socioeconômica: “melhor será baixar a cabeça, esforçar-se com os braços, pois é disso que se tira o pão e não com sonhos”<sup>70</sup>. Catarina retrata o imigrante alemão cujo objetivo é emergir de sua posição de substrato social dominado e explorado. Ela é a representação do imigrante decidido, que enfrenta o desconhecido em busca da ascensão econômica e social: “Pode mandar preparar o prometido, ‘Herr’ Gründling. Nós iremos”<sup>71</sup>. Catarina representa o imigrante alemão capaz de suprimir os sentimentos e aceitar, calado, as humilhações para preservar a própria vida e a vida dos seus: “Teria gritado (...) gritar terminaria por atrair para lá os escravos e o magote de soldados também. Seriam massacrados, inclusive as crianças”<sup>72</sup>. Catarina corporifica, na narrativa, o imigrante alemão que veio para o Rio Grande do Sul disposto a trabalhar e prosperar, aproveitando todas as oportunidades e enfrentando todos os perigos para ganhar dinheiro:

comprou couros e correias, tachas e cordéis, ferramentas, (...) entregando tudo ao marido: - A partir de agora vais exercer tua profissão. Precisamos ganhar dinheiro (...) Catarina iniciou contatos com seus amigos da colônia (...) Queria comprar sua produção e vendê-la em Porto Alegre.<sup>73</sup>

Suas decisões, contudo, roubam-lhe a feminilidade, ela, afinal, deve assumir o papel de chefe da casa, torna-se comerciante próspera e enfrenta, frente a frente, aquele que sonogou o direito à concretização dos ideais sonhados na Europa:

- Se atravessar a rua, Íerr Gründling, recebe uma bala (...).

Catarina levantou a espingarda na altura do rosto, dedo no gatilho (...).

Juanito enfiou a cabeça na janela e uma outra espingarda foi apontada contra Gründling.

Jacobus e Emanuel surgiram no portão da oficina, barras de ferro na mão, caras de poucos amigos. Atrás deles, Daniel Abrahão com a Bíblia em punho, olhos fixos no homem que estacara.

- Volte, Íerr Gründling, ou eu atiro – insistiu Catarina sem baixar a arma .<sup>74</sup>

Apesar disso, diante do sofrimento de Gründling, com a morte de Sofia, é capaz de amainar seu ódio: “Catarina caminhou até o grupo, seguiu ao lado dele, sem uma palavra, olhando duro para a frente, com medo de chorar”<sup>75</sup>. A mulher que fora submetida à humilhação do estupro, que erigira um império comercial, vence, naquele momento, o passado e a dor, se faz mais humana, mantendo a dignidade, a honradez que seus valores familiares e religiosos legaram.

O Major Jorge Antônio von Schaeffer, por sua vez, é um personagem resgatado por da História oficial, é o personagem real/fictício que representa as intenções e a corrupção das instituições oficialmente constituídas: o Governo Imperial do Brasil e as entidades e órgãos públicos alemães que promovem a emigração/imigração. Schaeffer encarna o personagem dominador, protegido pelo manto oficial, e externa as intenções governamentais. É o personagem que dá voz à elite criadora e mantenedora da estratificação social, que delibera e dispõe sobre a vida do sujeito substrato social excedente. Através deste personagem tematiza-se o interesse do Governo Imperial na colonização do Rio Grande do Sul por imigrantes alemães, isto é, usá-los como defensores do Império e de

fronteiras: “Acima de tudo o Imperador queria soldados (...) teve os soldados pedidos”<sup>76</sup>; fazê-los atuar no branqueamento da população do Brasil: “esses alemães vão fazer filhos nas mulheres da terra, surgirá uma geração de homens altos e fortes, louros, rosados”<sup>77</sup>; empregá-lo como mão-de-obra para a produção de alimentos. O Major mostra a elite que, para satisfazer aos seus interesses financeiros e raciais, negocia seres humanos “não eram escravos, mas loiros patrícios de Dona Leopoldina, embora pagos como negros, a tanto por cabeça”<sup>78</sup> e dispõe da vida dos indivíduos por ela excluídos. É o dominador que, para manter a hegemonia e o poder, subjuga, engana, discrimina e expõe o indivíduo substrato social a uma aviltante condição de vida.

Dr. Hillebrand é o personagem que, por seu turno, representa o diretor nomeado para as colônias, sendo indicado para estabelecer a ligação entre os imigrantes e o Governo Provincial. O diretor é o encarregado de manter a ordem na colônia e defender o interesse dos imigrantes.

Hillebrand voltou para casa na companhia do pastor, preocupado com o abandono a que haviam relegado aquela pobre gente. Estava disposto a viajar até Porto Alegre e, de viva voz, relatar ao presidente os seus fundados temores, quanto ao sucesso da colonização em tão boa hora iniciada.<sup>79</sup>

Mas a maioria dos diretores “acende uma vela a Deus e outra ao Diabo”, conforme reza o ditado popular, se, por um lado, defende os interesses dos colonos, por outro, defende os interesses do dominador.

João Daniel Hillebrand [...] enche-se de bríos com a Guerra Cisplatina, os castelhanos invadindo território brasileiro, agora também terra de seus patrícios que continuavam a chegar regularmente, redige um memorial endereçado ao Brigadeiro Salvador José Maciel, colocando os alemães a serviço da causa nacional. Trinta e sete soldados marchariam como voluntários para os campos de batalha. O presidente achou pouco. Finalmente havia cinqüenta deles, treze dos quais no laço, arrancados das suas mãos as enxadas e colocados no lugar delas velhas espingardas de carregar pela boca. Companhia de Voluntários Alemães.<sup>80</sup>

O diretor parece conhecer a verdade – histórica – sobre a emigração/imigração: excluído social é o emigrante alemão, excluído social é o imigrante alemão no Rio Grande do Sul.

Eles não entendiam as ordens dadas em português (...) Recebiam ordens e não cumpriam. Como castigo, vinte chibatadas no lombo, na frente das tropas. Pedro Meng se enforcara nas traves de uma cancela, pela vergonha de apanhar na frente de seus companheiros alemães. Então passaram a cavar latrinas, limpar armas, lavar cavalos. Isso eles entendem, dissera um oficial brasileiro. O Dr. Hillebrand revoltado com o tratamento que estava sendo dado aos seus homens. Escreve outro memorial ao presidente da Província, historiando os vexames, os sacrifícios, as chibatadas, como se fossem negros escravos.<sup>81</sup>

Deve-se, ainda, mencionar Mayer, personagem que representa os imigrantes mercenários e aventureiros, ele é o imigrante que se coloca à disposição do dominador e do sistema, em troca de dinheiro: “Trouxera muitas armas contrabandeadas da fronteira”<sup>82</sup>. Mayer é a representação do indivíduo que entra no país como imigrante colonizador, cuja função não é trabalhar e instalar-se nas colônias, mas servir ao dominador e defender os interesses do sistema. “Vamos de carne para canhão (...) Esses filhos de uma puta ficam aqui atrás, de binóculos, no fresquinho, a gente lá naquele paliteiro de lanças dos castelhanos”<sup>83</sup>. É o mercenário alemão, na linha de frente das tropas, defendendo o interesse do sistema.

Schneider, Catarina, Grundling, Schaffer, Hillebrand, Mayer constituem distintas versões, expectativas, interesses que cercaram o processo de colonização do Rio Grande do Sul pelos alemães. De qualquer forma, todos corporificam o fim do heroísmo e aproximam o leitor do evento sem

glamorização, evidenciando as dores, os sofrimentos e os interesses obtusos que cercaram um importante período da História do país.

A leitura de *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão* nos permite conhecer uma história da imigração alemã que a História oficial não conta, e que a descendência alemã, em geral, encobre com uma história de heroísmos e glórias. A narrativa é uma história em que a realidade utópica da História oficial e a versão histórica dos descendentes alemães dão lugar a uma reconstrução do evento, desmitificando o fato organizado, selecionado e sintetizado do dominador e expondo, através da ação individual dos personagens, a trajetória coletiva do imigrante alemão no Rio Grande do Sul.

*A ferro e fogo I – Tempo de solidão* nos leva a mergulhar no fundo do poço da História oficial da imigração alemã e, de lá, emergir com uma outra história, que vem despida de glória. As diferenças da estrutura social são retomadas por Josué Guimarães, na narrativa *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão*, de maneira desmitificadora, e a história heróica, que cerca o imigrante e a imigração, dá lugar a uma outra história: a história trágica de sujeitos excluídos por um sistema opressivo e dominador. Os episódios desenvolvidos na narrativa possibilitam uma nova visão da trajetória de vida do emigrante/imigrante alemão e da ocupação do território do Rio Grande do Sul por este segmento populacional.

Por um lado, a narrativa nos apresenta, através da ação dos personagens, os contrastes decorrentes de uma sociedade injusta e de um sistema opressor e excludente. Por outro lado, com o personagem Catarina, a narrativa expõe o imigrante alemão que, às custas de muito trabalho e coragem, conquistou a nova terra e, nela, implantou uma nova ordem social.

*A ferro e fogo I – Tempo de Solidão* é uma versão da imigração alemã que possibilita ao leitor conhecer, além do evento da colonização, a trajetória do sujeito deste evento: o imigrante alemão. *A ferro e fogo I – Tempo de Solidão* é, deste modo, uma história ficcional de uma história factual, que proporciona ao leitor construir significados não só para o real ausente da passividade, mas também para os valores do presente nas comunidades oriundas de ascendência alemã, ainda hoje, fortemente germanizadas.

## V Considerações finais

“Ler a História como Literatura, ver na Literatura a História se escrevendo, isto é possível?”<sup>84</sup>. Discurso histórico e discurso literário apresentam a mesma essência fundamental: representar a passividade. Essa fundamentação é que permite o entrecruzamento de leituras e serve de base para construir-se a trajetória de um povo, uma nação, pois História e Literatura são duas formas distintas de “representação e presentificação de um ausente”<sup>85</sup>. Tanto História como Literatura constituem-se de narrativas que retratam o real ausente, isto é, ambas representam o evento no espaço e no tempo e recriam um mundo social a partir de fontes e indícios.

Em História, o historiador constrói a sua versão do real ausente fazendo uma releitura documentada da passividade e, portanto, representa a passividade através de registros deixados por quem participou dos eventos e que por ele – historiador – são reimaginados. A História nada mais é do que a reimaginação do passado que oferece uma leitura aceitável e verossímil desse passado, cujo objetivo é “formular uma identidade nacional, desenhar o perfil do cidadão, estereotipar o caráter de um povo correspondem a práticas que envolvem relações de poder e que objetivam construir mecanismos de coesão social”<sup>86</sup>. Dessa forma, a História é a representação unilateral e positivista de uma sociedade coesa, ou seja, uma sociedade integrada, igualitária, sem a presença de substratos sociais. A História é a releitura do passado, sob o critério da veracidade testável, apoiada em registros unilaterais que representam a voz do dominador.

Na Literatura, o narrador reconstrói o real ausente a partir de indícios e memórias, buscando explicar à coletividade o seu passado, na voz narrativa de múltiplas vozes. É a representação do real ausente através dos personagens, que reconstroem os sujeitos formadores do evento e que dão voz a

uma sociedade coletiva, onde se faz presente o dominador e o dominado. À narrativa literária é dispensada o critério da veracidade comprovável, mas ela apresenta um cuidado claro com a reconstrução do real ausente no tempo, no espaço e na configuração do evento e do sujeito do evento. A Literatura é a reconstrução da passeidade coletiva, é a voz diversificada que representa o real ausente e que atende ao “desejo presente em toda a comunidade de buscar as suas origens, explicar o seu passado”<sup>87</sup>.

Ler a História é conhecer a face de uma sociedade igualitária, justa e homogênea. É uma narrativa de uma única voz, que representa a passeidade sob o aspecto de eventos políticos econômicos, sem a presença do sujeito formador dos eventos. A História é uma versão da passeidade onde há espaço, apenas, para o dominador. É uma versão verossímil da passeidade em que a presença do sujeito social é omitida.

Ver, na Literatura, a História se escrevendo, é conhecer a passeidade através de múltiplas vozes. A narrativa literária nos apresenta a passeidade histórica e social dos acontecimentos através da ação dos personagens nela presentes. É uma narrativa que retoma o fato histórico e os aspectos sociais do evento, revelando a condição do sujeito dentro de uma sociedade opressora e injusta. Assim entendida, faz-se a narrativa que resgata o sujeito social através do fato histórico e das memórias, retratando o homem nos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade.

A Literatura é uma forma, entre várias, de se ler o passado, e a narrativa literária é uma versão da passeidade, construída por um autor e relatada por um narrador ficcional, sem compromisso com a veracidade do fato, representando, entretanto, de maneira verossímil, o real ausente.

História e Literatura são, portanto, duas representações e leituras distintas da passeidade, construídas de acordo com a ideologia de cada povo e de cada época, que adquirem significação a partir do processo de interpretação reconstruída pelo leitor a partir de sua ideologia e de suas experiências de vida e de leitura. Literatura e História são uma leitura de duas faces da passeidade, cuja leitura entrecruzada permite construir ou refigurar a passeidade social e compreender valores da sociedade atual.

## Notas

- <sup>1</sup> VEYNE, P. M. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história.** Trad. de Alba Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 18.
- <sup>2</sup> AGUIAR, F. *et. al.* **Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário.** São Paulo: Xamã, 1997, p. 113.
- <sup>3</sup> LEENHARDT, J. & PESAVENTO, S. J. **Discurso histórico e narrativa literária.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p. 10.
- <sup>4</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>5</sup> CÍAVES, F. L. **História e Literatura.** 3 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999, p. 9.
- <sup>6</sup> SOUZA, R. A. **Teoria da literatura.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- <sup>7</sup> LEENHARDT, J. & PESAVENTO, S. J. *op. cit.*, p. 10.
- <sup>8</sup> *Idem, p. 11.*
- <sup>9</sup> *Idem, p. 12.*
- <sup>10</sup> *Idem, p. 26.*
- <sup>11</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>12</sup> *Idem, p. 24.*
- <sup>13</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>14</sup> ROUANET, M. H. Nacionalismo. *In: Introdução ao Romantismo.* Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999.
- <sup>15</sup> LEENHARDT, J. & PESAVENTO, S. J. *op. cit.*, p. 25.
- <sup>16</sup> ROUANET, M. H. *op. cit.*, p. 18.
- <sup>17</sup> LEENHARDT, J. PESAVENTO, S. J. *op. cit.*, p. 26.
- <sup>18</sup> *Idem, p. 28.*
- <sup>19</sup> BERND, Z. **Literatura e identidade nacional.** Porto Alegre: EdUFRGS, 1992, p. 18.
- <sup>20</sup> LEENHARDT, J. PESAVENTO, S. J. *op. cit.*, p. 31.
- <sup>21</sup> *Idem, p. 31.*
- <sup>22</sup> *Idem, p. 42.*
- <sup>23</sup> *Idem, p. 43.*
- <sup>24</sup> *Idem, p. 43.*
- <sup>25</sup> *Idem, p. 44.*
- <sup>26</sup> *Idem, p. 129.*
- <sup>27</sup> *Idem, p. 130.*
- <sup>28</sup> *Idem, p. 131.*
- <sup>29</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>30</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>31</sup> *Idem, p. 132.*
- <sup>32</sup> DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. **A imigração alemã.** 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 13.
- <sup>33</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>34</sup> *Idem, p. 14.*
- <sup>35</sup> *Idem, p.15.*
- <sup>36</sup> KARAN, E. M. C. **Raízes da colonização: em destaque a colônia Guaporé e o município de Dois Lajeados.** Porto Alegre: CORAG, 1992, p. 35.
- <sup>37</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>38</sup> KARAN, E. M. C, *op. cit.*, p. 36.
- <sup>39</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>40</sup> ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 94.
- <sup>41</sup> LANDO, Aldair Marli. BARROS, Elaine Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica.** Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do Livro, 1976, p. 35.
- <sup>42</sup> ROCHE, J, *op. cit.*, p. 95.
- <sup>43</sup> *Idem, ibidem.*

- <sup>44</sup> DACANAL, J. H. e GONZAGA, S, *op. cit.*, p. 21.
- <sup>45</sup> ROCHE, J, *op. cit.*, p. 95.
- <sup>46</sup> *Idem*, p. 96.
- <sup>47</sup> *Idem*, p. 16.
- <sup>48</sup> *Idem*, p. 99.
- <sup>49</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>50</sup> *Idem*, p. 106.
- <sup>51</sup> REMÊDIOS, M. L. R. **Josué Guimarães: o autor e sua ficção**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1997, p. 26.
- <sup>52</sup> ZILBERMAN, R. **A literatura no Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992, p. 110.
- <sup>53</sup> *Idem*, p. 111.
- <sup>54</sup> ZILBERMAN, R. **Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: LP&M, 1985, p. 50.
- <sup>55</sup> REMÊDIOS, M. L. R, *op. cit.*, p. 26.
- <sup>56</sup> *Idem*, p. 27.
- <sup>57</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>58</sup> GUIMARÃES, J. **A ferro e fogo I – Tempo de Solidão**. 10 ed. Porto Alegre: L&PM, 1996, p. 8-9.
- <sup>59</sup> REMÊDIOS, M. L. R, *op. cit.*, p. 30.
- <sup>60</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>61</sup> GUIMARÃES, J, *op. cit.*, p. 8.
- <sup>62</sup> *Idem*, p. 7-8.
- <sup>63</sup> *Idem*, p. 7.
- <sup>64</sup> *Idem*, p. 90.
- <sup>65</sup> *Idem*, p. 49.
- <sup>66</sup> *Idem*, p. 9.
- <sup>67</sup> *Idem*, p. 11.
- <sup>68</sup> *Idem*, p. 8.
- <sup>69</sup> *Idem*, p. 43.
- <sup>70</sup> *Idem*, p. 11.
- <sup>71</sup> *Idem*, p. 18.
- <sup>72</sup> *Idem*, p. 38.
- <sup>73</sup> *Idem*, p. 129-130.
- <sup>74</sup> *Idem*, p. 168.
- <sup>75</sup> *Idem*, p. 237.
- <sup>76</sup> *Idem*, p. 50.
- <sup>77</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>78</sup> *Idem*, p. 11.
- <sup>79</sup> *Idem*, p. 56.
- <sup>80</sup> *Idem*, p. 53.
- <sup>81</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>82</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>83</sup> *Idem*, p. 76.
- <sup>84</sup> LEENHARDT, J. PESAVENTO, S. J. *op. cit.*, p. 9.
- <sup>85</sup> *Idem*, p. 19.
- <sup>86</sup> *Idem*, p. 20.
- <sup>87</sup> *Idem, ibidem.*

#### Referências Bibliográficas:

- AGUIAR, F. *et. al.* **Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário**. São Paulo: Xamã, 1997.
- ALMANAQUE LISA MUNDIAL 93**. São Paulo: Editora Lisa S.A., 1993.
- BERND, Z. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.



- CÍAVES, F. L. **História e Literatura**. 3 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.
- DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. **A imigração alemã**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- GUIMARÃES, J. **A ferro e fogo I – Tempo de Solidão**. 10 ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- KARAN, E. M. C. **Raízes da colonização: em destaque a colônia Guaporé e o município de Dois Lajeados**. Porto Alegre: CORAG, 1992.
- LANDO, Aldair Marli. BARROS, Elaine Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 1982.
- LEENHARDT, J. PESAVENTO, S. J. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- MÜLLER, Telmo Lauro. **Colônia Alemã: histórias e memórias**. 2 ed. Porto Alegre: EST, 1981.
- REMÉDIOS, M. L. R. **Josué Guimarães: o autor e sua ficção**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1997.
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- ROUANET, M. H. Nacionalismo. In: JOBIM, J.L. (org). **Introdução ao Romantismo**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999.
- SOUZA, R. A. **Teoria da literatura**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- VEYNE, P. M. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alba Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- WERLANG, William. **História da Colônia de Santo Ângelo**. Santa Maria: Palotti, 1995.
- WERLANG, Willian. **A família de Johannes Heinrich Kasper Gerdau: um estudo sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil**. Agudo, RS: Editora Werlang, 2002.
- ZILBERMAN, R. **A literatura no Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.
- ZILBERMAN, R. **Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: LP&M, 1985.